

DO CRISTO A JESUS DE NAZARÉ

Batismo e cidadania

José Raimundo Oliva

Introdução

A cidadania, no seu significado formal, consiste em uma relação entre o indivíduo e o Estado, envolvendo direitos e deveres. Nesta perspectiva a análise da cidadania vai colocar em foco tanto o indivíduo/cidadão quanto o Estado¹, submetendo-os a uma crítica comportamental e estrutural.

Em uma abordagem bíblica, a partir dos textos do Segundo Testamento, podemos encontrar situações de prática da cidadania sob dois aspectos. O primeiro corresponde à cidadania como relacionamento saudável e digno das pessoas restrito ao nível comunitário. O segundo aspecto corresponde à cidadania como relacionamentos em nível mais amplo, envolvendo a sociedade como um todo e o Estado. Em alguns casos este segundo aspecto só será percebido por um olhar com maior aprofundamento crítico dos textos.

O Segundo Testamento é um conjunto de textos elaborados por discípulos de Jesus. Neste conjunto estão agrupados: as cartas, com predominância das cartas paulinas, os evangelhos, Atos e o Apocalipse. Os primeiros textos deste conjunto a serem redigidos foram as cartas de Paulo. Dos evangelhos, o primeiro a ser redigido é o de Marcos, escrito poucos anos depois das últimas cartas de Paulo. Ao evangelho de Marcos seguem-se, com intervalo de alguns anos, os outros evangelhos, Atos e Apocalipse.

Neste artigo vamos resgatar alguns aspectos da cidadania, a partir do batismo, nas cartas de Paulo e no evangelho de Marcos, assinalando especificidades de cada um.

1. Paulo e Marcos

Marcos, autor do evangelho, é tradicional e unanimemente reconhecido como João Marcos, várias vezes mencionado no Segundo Testamento. Ele era filho de Maria, que vivia em Jerusalém, cuja casa era freqüentada por Pedro e sua comunidade (At 12,12-17). Em Filêmon (24) Paulo o chama de colaborador, e em Colossenses (4,10) há uma referência a ele como sendo primo de Barnabé. Quando Barnabé e Paulo são enviados em missão pela comunidade de Antioquia (At 13,2.5), João Marcos os acom-

1. Na medida em que, no capitalismo avançado, que é o neoliberalismo, o Estado cede seu espaço ao “mercado”, isto é, aos grupos de poder financeiro e econômico, fazem-se necessárias algumas reformulações no conceito e na prática da cidadania. O Estado, como representação democrática da vontade popular, é esvaziado, e o poder político fica submisso aos interesses do poder financeiro e econômico, autônomo, que se impõe arbitrariamente. As relações socioeconômicas se dão, agora, na forma de submissão e opressão, entre cidadão e poder financeiro-econômico. A cidadania passa então a comportar uma dimensão de relação e confronto com o poder econômico.

panha também. Porém, depois da experiência em Chipre, Marcos os abandona, voltando para Jerusalém. Esta atitude comumente é interpretada como um simples desinteresse pela missão, da parte de Marcos. Contudo pode-se supor que Marcos, logo de início, não se afinou com a opção de Paulo de priorizar as sinagogas no seu anúncio da Palavra, ou mesmo com o próprio conteúdo doutrinal do anúncio formulado por Paulo². Mais tarde, Paulo, por iniciativa própria, não mais como enviado em missão pela comunidade de Antioquia, resolve rever as comunidades visitadas (At 15,36). Convida Barnabé, e este propõe que sejam acompanhados por Marcos. Paulo rejeita-o terminantemente, e os dois separam-se.

Marcos é tradicional e consensualmente reconhecido como discípulo e intérprete de Pedro. Esta tradição pode ser confirmada, também, na primeira carta de Pedro (1Pd 5,13).

Paulo, além da discordância com Barnabé e Marcos, manifestou também discordância em relação a Pedro. Na carta aos Gálatas (2,13), Paulo apresenta uma justificativa pessoal segundo a qual Pedro, juntamente com Barnabé, é qualificado como hipócrita.

Paulo, em suas cartas, refere-se ao conteúdo de seu anúncio como sendo o “evangelho”, “meu evangelho”, “evangelho de Deus”, “evangelho de seu Filho”, ou “evangelho do Cristo”.

Por estas breves linhas acima, pode-se entender que há uma diferença de prática e de concepção no anúncio entre Paulo e o grupo de Marcos, Barnabé e Pedro. Elas são percebidas ao se comparar os conteúdos do “evangelho” de Paulo e o evangelho de Marcos, escrito poucos anos após as últimas cartas de Paulo. Estas diferenças vão se refletir também nas diversas características e níveis de cidadania que podemos encontrar no Segundo Testamento.

Como referencial para nossas considerações, vamos tomar dois textos significativos. Das cartas de Paulo vejamos Rm 6,1-14. Do evangelho de Marcos vejamos Mc 1,9-11.

1.1. Rm 6,1-14

A Carta aos Romanos, escrita pelo final do ministério de Paulo, contém a mais aprofundada reflexão teológica dentre suas cartas. Esta carta ficou em foco na histórica polêmica sobre a salvação pela fé ou pelas obras. Porém, nela, vamos, aqui, voltar nossas atenções para a relação que Paulo faz entre a morte e ressurreição de Cristo e a prática litúrgica e catequética do batismo, conservado nas comunidades. Desta relação Paulo tira suas conseqüências parenéticas.

Paulo, formado aos pés do rabino Gamaliel, tinha um sólido e convicto aprofundamento do Primeiro Testamento. Após sua conversão sabe-se pouco de sua trajetória comunitária e geográfica, entre Damasco e Síria, com passagem em Jerusalém, em um período de um e meio a três anos. Depois permanece retirado em sua cidade, Tarso, por

2. Sobre esta análise veja o interessante livro de Pablo Richard. *O movimento de Jesus depois da Ressurreição*. São Paulo: Paulinas, 1999 (título original: *El movimiento de Jesús antes de la Iglesia*).

um período que pode chegar a dez anos. Neste período, pode-se supor, com razoável certeza, que ele fez uma releitura das Escrituras, sob o novo olhar da fé, procurando compreender Jesus. É a trajetória que Lucas nos apresenta na narrativa dos discípulos de Emaús: “E, começando por Moisés e percorrendo todos os profetas, interpretou-lhes em todas as Escrituras o que a ele dizia respeito” (Lc 24,27). A ausência de informações sobre um convívio de Paulo com as novas comunidades de discípulos de Jesus, neste longo período, deixa em aberto a possibilidade de que tenha vivido em um certo isolamento. É significativo o fato de não haver referências à existência de alguma comunidade de discípulos em Tarso. De doze a quatorze anos após sua conversão (Gl 2,1), Paulo é procurado em Tarso, por Barnabé. Barnabé o leva para participar da comunidade de Antioquia. Seria este o início do ministério de Paulo.

Nas cartas de Paulo evidencia-se a ausência de qualquer menção a Jesus na sua vida familiar, comunitária e social. Em Gálatas ele afirma: “Com efeito, eu vos faço saber, irmãos, que o evangelho por mim anunciado não é segundo o homem, pois eu não o recebi nem aprendi de algum homem, mas por revelação de Jesus Cristo” (1,11-12). Talvez tal situação decorra de um seletivo interesse, priorizando o seu profundo conhecimento do Primeiro Testamento, e de uma limitada relação de Paulo, após sua conversão, com os demais discípulos de Jesus, entre os quais eram veiculadas as tradições sobre a vida do Mestre. Encontramos apenas uma única e breve menção à encarnação: “enviou Deus o seu Filho, nascido de mulher” (Gl 4,4). O batismo, ato fundante do ministério de Jesus, é mencionado por Paulo enquanto tradição presente nas comunidades; Paulo menciona-o neste nosso texto de referência e na carta aos Gálatas (3,27). Na primeira carta aos Coríntios (1,12-17), em tom polêmico ele argumenta sobre o batizar, eximindo-se desta prática.

Em suas cartas Paulo menciona visões e revelações que teve (1Cor 9,1; 2Cor 12,1-7; Gl 1,11; 2,2). Em Gl 1,11, categoricamente, Paulo afirma ser apóstolo chamado diretamente pelo Cristo ressuscitado³. Assim apresenta-se no início de suas cartas:

1Cor 1,1; 2Cor 1,1 – Paulo chamado a ser apóstolo de Cristo Jesus por vontade de Deus...

Gl 1,1 – Paulo, apóstolo, não da parte dos homens nem por intermédio de um homem, mas por Jesus Cristo e Deus Pai que o ressuscitou dentre os mortos (Cristo não é um “homem”, mas o “ressuscitado”...).

Rm 1,1 – Paulo, servo de Cristo Jesus, chamado para ser apóstolo, escolhido para anunciar o evangelho de Deus...

Pode-se ver, em Gálatas, que Jesus Cristo não é reconhecido como homem, na sua carne, mas sim como crucificado e ressuscitado. A encarnação fica relegada a segundo plano. Com a ressurreição o humano desaparece para dar lugar ao morto e resurrecto. Em 1Cor: “Pois não quis saber outra coisa entre vós a não ser Jesus Cristo, e Jesus Cristo crucificado” (2,1). Na segunda carta aos Coríntios lemos: “...doravante a ninguém co-

3. Lucas, em Atos, irá apresentar a conversão de Saulo/Paulo com a forma literária apocalíptica. Ele “pinta” no seu texto as imagens que depois serão retratadas por pintores célebres, e que estão presentes em nossa imaginação.

nhecemos segundo a carne. Também, se conhecemos Cristo segundo a carne, agora já não o conhecemos assim” (5,16). Em Filipenses: “...tudo considero perda, pela excelência do conhecimento de Cristo Jesus (*ressuscitado*), meu Senhor” (3,8).

O cerne político do judaísmo era o messianismo. Era uma herança da ideologia davídica de poder, de Judá. Esta ideologia emanava do centro de poder religioso e político e impregnava o povo humilde e submisso. A expectativa era a de um rei ungido (messias – *mashîah*, em hebraico; cristo – *christos*, em grego) que restauraria a glória, o poder hegemônico e o território de Israel, sob o controle da casta religioso-econômica, central, de Jerusalém.

Paulo converte-se a partir do testemunho de Estêvão e dos discípulos de Jesus, aos quais ele perseguia. Eles testemunhavam a fé na presença de Jesus ressuscitado entre eles. Paulo acaba tendo esta compreensão, segundo a narrativa de Lucas: “‘Quem és, Senhor?’ ... ‘Eu sou Jesus, a quem tu persegues...’” (At 9,5). Os discípulos perseguidos são identificados com Jesus. Paulo percebe a grandiosidade deste Jesus, ao mesmo tempo em que a sua insignificância enquanto aspiração ao poder político. Durante os anos seguintes, em seu retiro, ele procura identificar Jesus a partir da releitura que faz das Escrituras judaicas. Nelas, o grande destaque era o Messias, o Cristo. Possivelmente a partir das esperanças messiânicas e da interpretação dos textos sobre o “Servo de Javé”, inseridos em Is 40–56, e a partir da crença farisaica na ressurreição, Paulo identifica Jesus crucificado e ressuscitado com o Messias, ou seja, o “Cristo”. O Messias glorioso não é terreno, mas celestial. O “Filho, nascido da estirpe de Davi...”⁴, aparentemente frustrado na terra, é “...estabelecido Filho de Deus (título de realeza) com poder por sua ressurreição dos mortos...” (Rm 1,3-4). Uniam-se, assim, o sofrimento, terreno, e a glória, celestial.

“Messias” ou “cristo” é um título, que qualifica a pessoa. Paulo atribuirá este título a Jesus. Nas suas cartas, as consideradas autênticas pela crítica, Paulo usa simplesmente “Jesus” apenas 23 vezes, em um total de quase meio milhar de vezes em que se refere a Jesus. Usará “Cristo”, isoladamente, 141 vezes e “Jesus Cristo” 111 vezes. Usará também o título grego “senhor” (*kyrios*), isolado ou em “senhor Jesus” 154 vezes. O conjunto de títulos, “senhor Jesus Cristo”, aparece 48 vezes.

Pode-se perceber que a consolidação do título de “cristo” (messias) associado a Jesus resultou da forte insistência de Paulo neste sentido. Além da abundância do uso do título “Cristo” em suas cartas, temos também o testemunho de Lucas em Atos, de que Paulo “refutava vigorosamente os judeus em público, demonstrando pelas Escrituras que Jesus é o Cristo” (At 18,28; 18,5). Neste sentido temos ainda o testemunho de Lucas, que associa a chegada de Paulo a Antioquia, trazido por Barnabé, à mudança de nome dos discípulos para “cristãos” (At 11,25-26). Em Paulo, a palavra “cristo”, de título, incorporou-se como nome próprio, resultando em: Jesus Cristo, Cristo Jesus, Nosso Senhor Jesus Cristo, Cristo.

4. A preocupação em afirmar a origem davídica (messiânica) de Jesus leva a impasses. A afirmação: “...que diz respeito a seu Filho, nascido da estirpe de Davi segundo a carne...” (Rm 1,3 – possível acréscimo) entra em choque com a concepção virginal de Jesus, pois apenas José é mencionado como sendo da estirpe de Davi, segundo a carne.

Com estas considerações acima, podemos perceber algumas características do “evangelho de Paulo”. O núcleo de seu anúncio (querigma) é a salvação que nos é oferecida pela morte de cruz e ressurreição de Cristo, com sua entronização gloriosa (“kyrios”, Filho de Deus) e a expectativa de sua volta, com poder, para o dia do justo julgamento de Deus. Em suas cartas, fundado no conteúdo de seu “evangelho”, Paulo irá orientar as comunidades sobre questões concernentes à salvação (soteriológicas), à novidade do Reino (eclesiológicas) e ao relacionamento interno e externo dessas mesmas comunidades (éticas). Estas últimas estão em foco neste artigo.

Em Rm 6,1-14 vamos encontrar a dinâmica da morte-ressurreição associada ao batismo. Pode-se ver que a prática do batismo era um costume nas comunidades, firmando-se como tradição. O precursor do batismo foi João. João Batista, com seu anúncio e seu testemunho, marcou profundamente o povo, seu discipulado consolidou-se e a prática do batismo generalizou-se. Jesus endossou esta prática. Ela permaneceu no movimento de Jesus, entre seus discípulos.

Vejamos em breve detalhe Rm 6,1-14:

- v. 1-2: Paulo, linhas antes (5,20-21), argumentara que “onde avultou o pecado, a graça superabundou”. Daí sua preocupação, agora, em afastar a conclusão primária de que quanto mais se pecar, mais a graça de Deus se multiplica. E introduz o enfoque da morte para o pecado.
- v. 3-4: Paulo faz a sua catequese batismal. O mergulhar e o sair das águas, no rito batismal, significa ser sepultado (nas águas) com Cristo em sua morte, para, emergindo, como Cristo ressuscitado dentre os mortos, vivermos vida nova.
- v. 5-7: reafirmação da morte e ressurreição. Acento na crucifixão do velho homem, na destruição do corpo de pecado e na libertação.
- v. 8-11: reafirmação da morte e ressurreição. Acento na vida para Deus.
- v. 12-13: primeira conclusão – não se entregar ao pecado, mas oferecer-se a Deus como vivos provindos dos mortos (ressuscitados), oferecer seus membros como armas de justiça a serviço de Deus.
- v. 14: segunda conclusão – a graça nos liberta da Lei que apenas agrava o pecado.

Neste texto, a dialética paulina nos conduz à essência de sua mensagem: viver a vida para Deus, oferecer seus membros como armas de justiça⁵ a serviço de Deus. Este é o fundamento teológico da ética paulina, expressa nas parêneses em suas cartas, aqui associado ao batismo.

Com este fundamento, mais adiante, em Rm 12,1-2, encontramos: “...ofereçais vossos corpos como sacrifício vivo, santo e agradável a Deus... E não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos, renovando vossa mente, a fim de poderdes discernir qual é a vontade de Deus, o que é bom, agradável e perfeito”.

5. Em Paulo “justiça” tem o sentido religioso de santidade e salvação, que eram temas dominantes no Primeiro Testamento. É o estado em que o homem pode se apresentar com segurança diante do julgamento divino.

Assim como se manifesta uma certa tensão entre o Jesus terreno e o Cristo celestial, o cristão está, também, sob o influxo desta tensão. Afinado com a perspectiva paulina, encontramos em Colossenses 3,1-3: “Se, pois, ressuscitastes com Cristo, procurai as coisas do alto, onde Cristo está sentado à direita de Deus. Pensai nas coisas do alto, e não nas da terra, pois morrestes e a vossa vida está escondida com Cristo em Deus: quando Cristo, que é vossa vida, se manifestar, então também vós, com ele, sereis manifestados em glória”.

1.2. A cidadania em Paulo

As parêneses nas cartas paulinas vão compelir as comunidades a assumir comportamentos muito concretos, a partir de fundamentos teológicos: “...Cristo, no tempo marcado, morreu pelos ímpios... Deus demonstra seu amor para conosco pelo fato de Cristo ter morrido por nós quando éramos ainda pecadores... reconciliados com Deus pela morte do seu Filho... seremos salvos por sua vida (como ressuscitado)” (Rm 5,6-10); “...justificados gratuitamente, por sua graça, em virtude da redenção realizada em Cristo Jesus: Deus o expôs como instrumento de propiciação, por seu próprio sangue...” (Rm 3,24-25); “Alguém pagou alto preço pelo vosso resgate; glorificai, portanto, a Deus em vosso corpo” (1Cor 6,20).

Os novos comportamentos propostos às comunidades podem se constituir em uma prática da cidadania. Podemos destacar:

- Não se conformar com este mundo, transformar-se, renovar a mente (Rm 12,2): a proposta de inconformismo, transformação e renovação tem amplo conteúdo. A proposta é ambivalente, pois, no texto de Paulo, pode levar a interpretações mais do ponto de vista subjetivo, da santidade e salvação pessoal. Contudo ela está aberta a possibilidades mais amplas de mudança e renovação, em vista de conquistar-se o que é bom, agradável e perfeito, conforme a vontade de Deus. Uma interpretação hermenêutica, de acordo com nossa atualidade histórica, pode apontar para a transformação das estruturas socioeconômicas deste mundo.
- Os diversos dons colocados a serviço da comunidade, a partilha dos bens, a solidariedade para com os mais humildes, a acolhida mútua, o convívio afetivo e pacífico (1Ts 4,1-12; 5,14-15; Fl 1,27-2,18; Rm 12,6-21): temos aqui uma prática edificante que restaura e fortalece a vida na comunidade. Embora a proposta seja restrita ao nível comunitário, ela exprime valores que devem transbordar para toda a sociedade. A comunidade pode ser considerada como modelo de uma nova sociedade, pela qual se deve lutar, já em nossa história.
- A submissão às autoridades constituídas (Rm 13,1-7): só aqui encontramos diretamente a dimensão de cidadania enquanto relação direta cidadão-estado. É uma proposta claramente reacionária. Já o era na sua época, quando, no mundo greco-romano, já circulavam idéias em torno da democratização do poder, entre filósofos e literatos, e entre grupos ideológicos em Judá e Gali-

léia esboçavam-se ideais libertários. Talvez se possa ver na parênese paulina o reflexo da teologia judaico-cristológica, oriunda da ideologia davídica de poder. É ao Cristo glorioso que caberá, na sua vinda, castigar os ímpios e implantar definitivamente o Reino, quando prevalecerão os novos valores em toda a sociedade.

Vemos assim que encontramos nas cartas de Paulo, além da dimensão escatológica, propostas concretas e históricas de vida que podem ser interpretadas como uma dimensão da cidadania. Uma cidadania que estaria limitada a uma perspectiva predominantemente voltada para a vida interna das comunidades, carente de um confronto com a dimensão social mais ampla do estado, contudo viável de ser ampliada em seus horizontes.

1.3. Mc 1,9-11

O evangelho de Marcos, segundo a tradição, teria sido escrito em Roma. Quanto à data, alguns defendem o início da década de 70, outros o fim da década de 60. Existem análises consistentes⁶ que levam à hipótese de que o evangelho tenha sido escrito na Galiléia, entre os anos 66 e 70. Marcos seria um discípulo próximo de Pedro e refletiria a sua pregação.

Apesar da rejeição de Paulo, em Antioquia, Marcos, “primo de Barnabé”, está próximo dele no fim de seu ministério (Cl 4,10), pelos anos de 62 e 63. Apontávamos, no início deste artigo, uma diferença de enfoques entre o anúncio de Paulo e o de Marcos. Esta diferença está presente nos critérios para ser considerado apóstolo, conforme Lucas, em At 1,21-22. A narrativa de Atos gira em torno da escolha do apóstolo que preencherá a vaga deixada por Judas entre os Doze. O critério adotado, apresentado por Pedro, foi: “É necessário, pois, que, dentre estes homens que nos acompanharam todo o tempo em que o Senhor Jesus viveu em nosso meio, a começar do batismo de João até o dia em que dentre nós foi arrebatado, um destes se torne conosco testemunha da sua ressurreição (*anastasis*, o ato de levantar-se)”. É necessário que o apóstolo tenha tido o convívio com o Jesus pré-pascal.

Paulo declara-se apóstolo, afirmando ter sido instituído como tal diretamente pelo Cristo ressuscitado. Paulo está excluído daqueles que acompanharam Jesus todo o tempo, a começar do batismo de João até ser arrebatado pela morte na cruz. Em Atos podemos perceber algumas restrições de Lucas a Paulo. Seria esta mais uma restrição observada por ele? Há apenas uma passagem, na obra de Lucas, em que Barnabé e Paulo (nesta ordem) são chamados de apóstolos (At 14,14).

Estão em questão os enfoques do Jesus pré-pascal e o do Cristo pós-pascal. Vemos que Paulo anuncia o Cristo pós-pascal, enquanto que em Marcos encontramos o anúncio do Jesus pré-pascal. Cada um destes enfoques resultará em propostas e com-

6. Veja Ched Myers. *O Evangelho de São Marcos*. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 67-70.

promissos diversificados a serem assumidos pelos discípulos, nas comunidades eclesiais. E teremos, assim, referências diversificadas para o exercício da cidadania.

Pode-se supor que Marcos, percebendo a carência das memórias de Jesus no anúncio pós-pascal de Paulo, que se difundia amplamente a partir das comunidades paulinas, achou importante resgatá-las, redigindo seu evangelho.

O evangelho de Marcos segue a trajetória delineada por Lucas em At 1,21-22: testemunhar Jesus em sua vida, “a começar do batismo de João até o dia em que dentre nós foi arrebatado...” É este o fio condutor do evangelho. Marcos inicia seu evangelho com a proclamação de João Batista e termina com o breve anúncio do anjo de que Jesus levantou-se (*égerthê*, traduzido por “ressuscitou”)⁷, completando com o envio dos discípulos e Pedro de retorno à Galiléia, para o reencontro com Jesus e a retomada da missão.

A grande importância de João Batista na Palestina, no tempo de Jesus, pode ser percebida pelas referências detalhadas a ele feitas pelos quatro evangelistas⁸ e, inclusive, pelo historiador Flávio Josefo. Enquanto precursor, ele anuncia a proximidade do Reino de Deus, anúncio este assumido por Jesus. O seu batismo é original. Diferencia-se das abluções purificadoras judaicas, bem como das abluções dos essênios de Qumram, ou de diversas outras, a estas similares, comuns do tempo⁹. Estas abluções tinham como objetivo a purificação e deviam ser repetidas com frequência. Diferentemente, o batismo de João era recebido apenas uma vez e seu objetivo era a mudança de vida com a conversão à justiça. O importante não é o rito batismal, mas o arrependimento e a conversão, a prática da justiça. Esta prática é libertadora da opressão do pecado. A originalidade do seu batismo é atestada pelo próprio destaque que lhe foi dado pela tradição chamando-o de “o Batista”.

1.4. A cidadania no evangelho de Marcos

Encontramos, já no início do evangelho de Marcos, um tipo que pode ser considerado exemplar do ponto de vista da cidadania, pela sua prática. João Batista é um arauto da justiça: a conversão é a mudança de vida comprometendo-se com a partilha e a renúncia ao abuso do poder e à violência (Lc 3,10-14). Seu batismo não era um simples ritual de purificação mas significava a ruptura com a ordem injusta, tanto no estado teocrático vassalo judaico como no Império Romano.

João Batista é um sinal de contestação ao estado teocrático judaico opressor do povo: filho de sacerdote rompe com o sacerdócio hereditário e anuncia, no deserto, o perdão dos pecados, o que era reservado ao sistema religioso do Templo de Jerusalém. No confronto com o Império Romano, denuncia também os abusos de Herodes, preposto romano na Galiléia. Flávio Josefo atesta o caráter político da execução de João

7. As aparições do ressuscitado, que se seguem em Mc 16,9-20, são consensualmente reconhecidas como um acréscimo posterior ao texto original.

8. Os únicos dois nomes que são mencionados, em grande número, nos evangelhos (além do nome de Jesus) são os nomes de João Batista, que aparece 83 vezes, e o de Pedro, que aparece 94 vezes.

9. Veja John P. Meier. *Um judeu marginal*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, volume II, livro I, p. 75-84.

Batista por Herodes. Pode-se intuir que, somando-se às intenções de Herodes, deve ter havido as articulações do poder do Templo e da sinagoga no sentido de efetivar a execução. Estes também se sentiam ameaçados com o anúncio de João. Tal processo repetir-se-á, depois, com a execução de Jesus de Nazaré.

“Aconteceu, naqueles dias, que veio Jesus de Nazaré da Galiléia e foi batizado por João no rio Jordão” (Mc 1,9). Pode-se perceber a trajetória de Jesus: Jesus de Nazaré, um homem do povo e do mundo do trabalho, sentia a opressão religioso-política sobre o povo em geral, da Galiléia e vizinhanças. Estava em busca de um caminho libertador. Ouvindo falar de João Batista e do povo que a ele acorria, saiu ao seu encontro. Jesus adere ao anúncio de João e aceita o seu batismo.

O entendimento comum é o de que o batismo de João “desaparece” para dar lugar a algo completamente novo, o batismo de Jesus no Espírito. Contudo pode-se compreender que a teofania do Espírito e do Pai, com a proclamação do “meu Filho amado”, significa a complacência de Deus com a atitude de Jesus em assumir o batismo de João. Significa que ao batismo de João e ao seu anúncio, que é a instauração do Reino de justiça, é conferida uma dimensão de participação na eternidade da Vida divina, presente em Jesus, confirmada pelo Espírito¹⁰.

O batismo de João é endossado, em Jesus, pelo Pai e pelo Espírito Santo¹¹. Jesus continua o anúncio de João sobre a proximidade do Reino de Deus, acrescentando-lhe a novidade da participação na vida eterna e divina, já usufruída por Jesus.

O batismo de João é tão consistente que sua memória e sua prática perduram ao logo da história das igrejas. E esta permanência do batismo de João ao longo do tempo não é apenas pela sua matéria ritual, mas pelo seu sentido que é o de conversão à justiça. Embora seu sentido passasse por um processo de cristologização, principalmente em Paulo, Marcos resgata este sentido mostrando seu caráter histórico e social, presente na vida de Jesus. Pelo batismo os discípulos são chamados ao compromisso com a implantação de um Reino de Justiça, que implica na libertação e no desabrochar da vida inserida na eternidade, em Jesus.

“Cumpriu-se o tempo e o Reino de Deus está próximo. Arrependei-vos e crede no Evangelho” (Mc 1,15). A proximidade do Reino e o apelo ao arrependimento e à conversão à justiça são características integrantes da pregação de João Batista (Mt 3,2.8.10.11; Lc 3,8.9-14). É este também o anúncio inaugural de Jesus em seu ministério, com um acréscimo: “e crede no evangelho”. O “evangelho”, para Marcos, é a boa-nova e o testemunho da vida de Jesus, desde o batismo de Jesus até sua ressurreição. Esta é a delimitação temporal que Lucas também apresenta em At 1,21-22, con-

10. O ato da encarnação, o assumir a humanidade por parte de Deus, não se restringe à individualidade de Jesus mas abrange a humanidade toda, na sua dignidade e em seus valores. Jesus revela-o ao longo de sua vida.

11. A Igreja Católica ao propor o “Batismo, fonte de todas as vocações” como tema para o ano vocacional de 2003, evoca Jesus, vocacionado do Pai nas águas do Jordão: “Jesus aderiu tão fortemente ao batismo de João que abandona a sua casa e a sua profissão e começa a anunciar o Reino de Deus (Mc 1,14-15). Levou-o tão a sério a ponto de, mais tarde, também batizar (Jo 3,22; 4,1-2) e mandar os seus discípulos fazerem a mesma coisa (Mt 28,19)”. CNBB (Pastoral Vocacional). *Batismo, fonte de todas as vocações*. Curitiba: CNBB, 2003, p. 33-34.

forme vimos acima. Este conteúdo do evangelho pode ser percebido, também, nas últimas palavras atribuídas por Mateus a Jesus, em sua aparição final, em uma montanha na Galiléia: “...fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e ensinando-as a observar tudo quanto vos ordenei...” (Mt 28,19-20). “Tudo quanto vos ordenei”, isto é, tudo que foi revelado por Jesus de Nazaré em seu ministério, no seu convívio com os discípulos, após seu batismo até sua ressurreição.

Marcos, ao escrever o seu evangelho, resgata a memória da prática de Jesus. Esta memória faltava nos escritos e na pregação de Paulo. Optando por outro enfoque, diferente do de Paulo que se refere exclusivamente ao Cristo celestial, glorioso e cheio de poder, Marcos apresenta o movimento histórico de Jesus de Nazaré. O seu batismo, na água e no Espírito, é o fundamento de sua prática cidadã.

A revelação de Jesus, nos evangelhos, desenvolve-se sobre um pano de fundo de conflito¹². No contexto de fragilidade do estado judaico, este conflito se caracteriza pelo embate com os diversos segmentos de poder: poder religioso-ideológico, poder político e poder econômico. Pode-se afirmar que a revelação se faz no mundo em conflito e no conflito do mundo. No evangelho de João, com acentos dualísticos, o conflito se dá entre as trevas e a luz, entre a verdade e a mentira, entre os que são do alto e os que são do mundo, entre a morte e a vida, e, sem conotação dualística, entre os discípulos e os judeus. Em Marcos, e nos sinóticos, o conflito é com a instituição religiosa e estatal, o judaísmo, tendo, assim, uma dimensão política. Podemos encontrar também passagens que revelam o conflito com o Império Romano. Neste mundo em conflito, Jesus procura construir a unidade dos discípulos em torno de si, e procura envolvê-los na sua prática de libertação dos oprimidos.

2. A prática cidadã de Jesus

Pode-se falar em uma verdadeira conversão de Jesus após seu encontro com João e seu batismo no “deserto”. Jesus, a partir daí, rompe com os laços ideológicos da ordem familiar, social e religiosa. Inicia então o seu ministério, com o anúncio da conversão à justiça que liberta o mundo da opressão do pecado. Após uma estada na Judéia e no além-Jordão, como discípulo de João, Jesus inova, com seu ministério ambulante, rural e citadino, na Galiléia. A Galiléia, terra dos pagãos (Is 8,23b), território integrante do antigo Israel dispersado pela Assíria, região submetida à Judéia pelo asmoneu João Hircano (ano 104 aC), estava à margem do estricto judaísmo centralizado em Jerusalém.

A pregação de João Batista alarmara o poder teocrático do Templo. Após a prisão e execução de João, os chefes religiosos estavam atentos a qualquer outra manifesta-

12. Este conflito, no qual se envolve Jesus, não é o conflito entre duas entidades com o mesmo nível de poder, mas o conflito entre opressor e oprimido. Não é um conflito de resistência armada, mas o conflito do sofrimento e do sacrifício dos oprimidos pobres diante da opulência dos opressores ricos. É também o conflito entre os opressores represores e os oprimidos que se solidarizam e lutam por sua libertação.

ção de seus discípulos. Assim, a fama de Jesus, que se propaga na marginal Galiléia, chama a atenção e fica sob a observação deste poder teocrático central.

As relações de Jesus são com os discípulos, com o povo (*ochlos* – multidões excluídas) e com os representantes oficiais do judaísmo. As relações com o judaísmo não têm o caráter exclusivamente religioso, mas, também, o caráter político, pois a Judéia era uma teocracia governada pelo poder religioso sediado no Templo de Jerusalém, e submissa ao Império Romano. A contestação do poder teocrático judeu pode significar também, indiretamente, a contestação do poder romano.

Enquanto que nos demais evangelistas, principalmente Mateus e João, são apresentados vários discursos de Jesus, em Marcos Jesus ensina mais por seus atos, por sua prática, do que por palavras. Podemos ver na prática de Jesus uma prática da cidadania, com alcance comunitário, social e político.

A prática de Jesus é uma prática libertadora. Na sua terra, a Galiléia, ele experimentava a opressão do sistema do Templo de Jerusalém e a opressão do Império Romano. O seu empenho é em denunciar os mecanismos de opressão social, agir com liberdade em relação a estes mecanismos e estar presente junto ao povo, com gestos concretos de libertação. Os atos de poder (*dynamis* – nos sinóticos; traduzido por: milagre¹³) ou os sinais (*sêmeion* – em João) eram atos de libertação das diversas formas de seqüelas da exclusão do povo – doença, desinformação, desestímulo, humilhação, e a submissão à forte ideologia religiosa do judaísmo. A exclusão gera a morte. A libertação é para a restauração da vida, para a alegria, a partilha, o serviço e o amor que, em Jesus, é comunhão com o próprio Deus.

Vários atos libertadores de Jesus podem ser lembrados:

- Logo no início do seu ministério na Galiléia Jesus chama os discípulos de junto ao mar da Galiléia e, em seguida, Jesus liberta o homem possuído pelo espírito impuro da sinagoga, isto é, a ideologia do sistema teocrático judaico. Jesus, ainda algumas vezes, dirige-se à sinagoga, porém logo a abandona; a casa é o novo espaço da comunidade e do povo.
- O anúncio do perdão dos pecados de um paralisado é uma afronta à Lei, segundo a qual os pecados são perdoados mediante ofertas ao Templo de Jerusalém; os escribas atemorizam-se com este gesto de Jesus.
- As diversas curas no sábado também desafiam os preceitos legais; são inúmeras as críticas às tradições farisaicas. Podemos destacar a prevenção aos discípulos quanto ao fermento da ideologia dos fariseus e de Herodes (Mc 8,15).
- Na cena da expulsão dos vendedores do Templo e no discurso, no dia seguinte, em Marcos (11,15-19; 13,1-2) temos a implosão figurada do Templo, posteriormente concretizada pelos romanos. “A própria oposição de Marcos ao

13. As narrativas de milagres, que podem ser encontradas tanto na literatura hebraica como na grega, antigas, se constituem em um gênero literário que realça os carismas e a autoridade de alguém que se deseja descrever e a quem se deseja atribuir uma missão importante. Em Jesus elas realçam o caráter libertador de seu ministério.

estado-templo explica seu tratamento hostil da ideologia do suposto restauracionismo da filiação davídica”¹⁴.

- A expulsão da legião de espíritos impuros do homem geraseno, em território gentílico, pode exprimir a libertação dos oprimidos pelas legiões romanas.
- Na narrativa do imposto a César (Mc 2,13-17) temos a contestação da divindade de César, a denúncia da riqueza injusta por ele acumulada e a proposta da adesão à ação libertadora de Deus.
- O fato de Herodes ver Jesus como João Batista, por ele executado, ressuscitado dentre os mortos (Mc 6,14.16), indica o alcance da ação libertadora de Jesus no nível do poder preposto romano, à semelhança da ação de João.
- A cruz de Jesus, bem como o martírio de João Batista, é a denúncia perene do poder que pretende destruir qualquer ação libertadora e promotora da vida. A cruz é a revelação de quem são os agentes da morte. Na cruz de Jesus identificam-se os agentes: o governador romano e a teocracia judaica, inclusive com parte do povo dominado por sua ideologia.

Conclusão

A cidadania implica em práticas solidárias e fraternas tanto no nível das comunidades, como da sociedade em geral, em vista da promoção da vida. O Estado, como representante do cidadão, é cada vez mais esvaziado, cedendo seu lugar ao Mercado, que é a base do poder econômico-financeiro. A prática da cidadania implicará em um confronto com este poder.

Em Paulo, o batismo, a partir da participação na ressurreição de Cristo, leva a um compromisso de cidadania mais restrito ao nível das relações comunitárias. A visão cristológica de Paulo é o elemento motivador para a adesão a uma prática de vida fundada nos elementos parenéticos que ele apresenta em suas cartas. Pelo Cristo ressuscitado, que derramou seu sangue na cruz para a redenção de todos e que voltará para o julgamento final, homens e mulheres são chamados a uma renovação de vida, seguindo os preceitos que promovem uma vida humana digna, destacando-se a perspectiva da vida comunitária. A partir de motivações cristológicas, o evangelho de Paulo apresenta normas para uma renovação do comportamento ético.

Paulo, em suas cartas, desconhece qualquer detalhe da vida de Jesus. O acento messiânico/cristológico leva a uma visão de Jesus restrita ao Cristo pós-pascal. Em Paulo, o conflito com as sinagogas, sempre priorizadas por ele em sua missão, tem uma conotação religiosa. As sinagogas, em sua área de missão, não se configuram como “estado”. E não há conflito com o Império Romano.

Em Marcos, que redige seu evangelho depois de Paulo, o acento é sobre Jesus de Nazaré, “desde o batismo de João até o dia em que dentre nós foi arrebatado”. Em lu-

14. MYERS, Ched. *O Evangelho de S. Marcos*, p. 94.

gar do Cristo ressuscitado, Marcos apresenta o Jesus humano. O batismo de João, com seu compromisso com a prática da justiça, é o fato fundante do ministério de Jesus. A manifestação apocalíptica do “meu Filho amado”, após o batismo de Jesus, é diferente da titulação “Filho de Deus” tradicionalmente apropriada pelos faraós, imperadores e reis. A proclamação do “meu Filho amado” significa a concretização histórica da presença de Deus entre os homens e as mulheres, assumindo o batismo de João, compromisso com a luta pela justiça neste mundo. O batismo é fonte de cidadania, a partir do testemunho e da prática do Batista e da adesão, do testemunho e da prática de Jesus ao longo de seu ministério, registrado nos evangelhos. A prática cidadã de Jesus é uma luz para a nossa prática, hoje. Ela se faz no convívio com o povo rural e citadino, na confraternização comunitária dos discípulos e no conflito com os poderes religioso e político do judaísmo e romano. A instauração de uma sociedade justa, a libertação dos pobres e excluídos pelos poderosos, é o fundamento do Reino por ele anunciado.

O exercício da cidadania não é apenas a busca de um equilíbrio de direitos e deveres entre cidadão e estado mas o empenho no estabelecimento da justiça em todas as relações sociais e econômicas, tendo como objetivo a promoção da vida e a paz, características do Reino de Deus. Na medida em que o estado cede seu espaço ao poder econômico, que se afirma como poder absoluto em nível mundial, o exercício da cidadania exige a resistência e a denúncia deste poder que se funda no desrespeito às pessoas e às nações, aos direitos humanos e à vida, a serviço da idolatria e do culto do dinheiro.

O Deus de Jesus de Nazaré é o Deus da vida, que quer vida para todos. O deus do poder econômico é o dinheiro, que é acumulado a partir da exploração do trabalho, que elimina a justiça e implanta a corrupção e a violência das armas, semeando a morte. E ainda promove a idolatria do dinheiro, que toma a forma de uma ideologia que submete multidões.

Construir o Reino de Deus é uma prática cidadã que implica em romper com as estruturas idolátricas de poder do dinheiro e construir uma sociedade digna, na qual os cidadãos, libertos, se relacionam de maneira fraterna e comunitária, e onde as relações socioeconômicas se fazem com respeito à dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras e das pessoas em geral, tendo como objetivo a promoção da vida, e vida em abundância, para todos.

Enche-nos de esperança o ato de cidadania global, expresso nas manifestações dos povos de todo o mundo, solidários em torno do apelo pela paz.

José Raimundo Oliva
Rua Tabatinga, 84
50640-210 Recife, PE
Tel.: (81) 3228-2117
jraimundooliva@hotmail.com